



MINISTÉRIO DO EMPREENDEDORISMO, DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE
Gabinete do Ministro
Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos

OFÍCIO SEI Nº 670/2024/MEMP

Brasília, 09 de abril de 2024.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **LUCIANO BIVAR**
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: **Requerimento de Informação nº 268/2024, de autoria do Deputado Capitão Alberto Neto.**

Excelentíssimo Senhor Primeiro-Secretário,

1. Reporto-me ao Ofício 1ªSec/RI/E/nº30/2024, de 05 de março de 2024, o qual encaminha o Requerimento de Informação nº 268/2024, de autoria do Deputado Capitão Alberto Neto (PL/AM), que requer informações a respeito da diminuição dos empréstimos a pequenas empresas pelo Pronampe.
2. Neste sentido, encaminho resposta elaborada pela Secretaria Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, conforme Despacho nº 176/2024/SMEPP-MEMP, de 09 de abril de 2024, contendo as informações solicitadas no referido Requerimento.
3. Por fim, sendo o que compete para o momento, este Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte encontra-se à disposição para eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Anexo: Despacho nº 176/2024/SMEPP-MEMP

Atenciosamente,

MÁRCIO LUIZ FRANÇA GOMES
Ministro de Estado do Empreendedorismo, da Microempresa
e da Empresa de Pequeno Porte



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2404792>

Ofício 670 (41272283)

SEI 16100.000619/2024-10 / pg. 1

2404792



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Luiz França Gomes, Ministro(a) de Estado**, em 09/04/2024, às 17:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **41272283** e o código CRC **E1E8F82F**.

Processo nº 16100.000619/2024-10.

SEI nº 41272283



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2404792>

CRC E1E8F82F (41272283)

SEI 16100.000619/2024-10 / pg. 2

2404792



DESPACHO Nº 176/2024/SMEPP-MEMP

Processo nº 16100.000619/2024-10

À Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos,

Faço referência ao Despacho 40358737, pelo qual esta Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos encaminha o Requerimento de Informação nº 268/2024 (SEI nº 40358604), de autoria do Deputado Capitão Alberto Neto (PL/AM), que requer informações a respeito da diminuição dos empréstimos a pequenas empresas pelo Pronampe.

Em conformidade, direcionamos o Despacho Numerado 80 (SEI nº 40365983) à Diretoria de Ambiente de Negócios, Microempresa e Empresa de Pequeno Porte - DMEPP, cuja resposta foi emitida por meio do Despacho 40933025, que subsidia a minuta de resposta ao solicitante, conforme abaixo:

"1) O Ministro declarou que avalia reformular o Pronampe. Como seria essa reformulação?"

Mapear as alterações necessárias na Lei nº 13.999/2020, nas Portarias da antiga Sempe/MDIC e no estatuto do FGO Pronampe e elaborar minuta dos novos dispositivos legais e infra legais (em fase final de conclusão para envio para a Casa Civil);

Definir os parâmetros e condições do Pronampe estabelecidas na Lei nº 13.999/2020, que podem ser disciplinadas por Portaria, como a taxa de juros anual máxima do Pronampe, atualmente engessada na lei e que é um dos empecilhos para aumentar a tomada de recurso para os MEIs. Conferir maior flexibilidade e agilidade na definição das condições das operações de crédito do programa, que podem ser mais facilmente ajustadas, por meio de Portarias, cuja tramitação é menos morosa que projetos de lei ou MPVs, em sintonia com as flutuações do mercado de crédito das MPEs e com a conjuntura econômica do País;

Deliberação/aprovação das alterações no estatuto do FGO Pronampe em Assembleias do Conselho de Participação em Fundos Garantidores de Risco de Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas;

Definir indicadores e metas do Pronampe, implementar o processo de monitoramento e avaliação para medir o impacto do programa, verificar se as metas/objetivos estão sendo cumpridas de modo eficiente, de modo a propiciar a reformulação e o aperfeiçoamento contínuo do programa a partir da definição e incorporação de recomendações (ciclo virtuoso);

Reduzir a necessidade de aportes do Tesouro Nacional no FGO Pronampe (menor dependência dos cada vez mais escassos recursos públicos): avaliação e proposição de mecanismos que aumentem a sustentabilidade financeira e a perenidade do fundo, bem como evitem a realização de análises de risco menos rigorosas pelas instituições financeiras amparadas pelo programa ou que as IFs reduzam os esforços na recuperação das operações inadimplidas;

Estabelecer criterioso processo de seleção das MPEs que poderão acessar o Pronampe, por meio de medidas como o suporte de programas de educação/qualificação empreendedora e de crédito assistido para direcionar, tendo em vista a maior escassez de recursos no FGO, a oferta de garantias aos pequenos negócios viáveis, sustentáveis e eficientes, minimizar a inadimplência no âmbito do programa, manter a confiança dos agentes financeiros que



operam com o fundo e potencializar sua utilização para a ampliação do crédito aos pequenos negócios.

Reduzir a assimetria de informações na análise de risco de crédito: RFB Compartilha mais outras bases públicas: como Certificado de Regularidade do FGTS, Cadastro de Empregadores – Trabalho Escravo, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), Cadastro Nacional de Veículos – Registro Nacional de Veículos Automotores – RENAVAN, IBAMA – Consulta de Autuações Ambientais e Embargos, CADASTUR – Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos, SISCOMEX – Sistema Integrado de Comércio Exterior – Empresa Exportadora, etc, são compartilhadas com as instituições financeiras (bancos, cooperativas de crédito, fintechs, ESCs, etc); e

Estimular o comportamento de conformidade, com a possibilidade de recuperação de crédito inadimplido. Discutir com a AGU o estabelecimento de processo de cobrança judicial específico (mais ágil, eficiente e eficaz) para inadimplentes do programa.

2) Ainda segundo o Ministro, a ideia é que o novo modelo tenha uma taxa de juros prefixada. Qual é a taxa avaliada pelo governo?

A taxa de juros prefixada, seria aplicada apenas para a concessão de microcrédito, para as pessoas que estão no Cadastro Único. Seria a mesma premissa que atualmente temos na linha do Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que possui vários subprogramas específicos para a realidade e momento de cada uma das pessoas atendidas pelo programa.

3) O Programa Desenrola Brasil, por também utilizar o Fundo Garantidor de Operações (FGO), pode prejudicar o desenvolvimento e futuro do Pronampe?

Inicialmente estava previsto R\$ 7 bilhões de reais para o programa Desenrola Brasil, o que poderia impactar o Pronampe. Porém, o uso do FGO pelo Desenrola Brasil foi próximo de R\$ 1 bilhão de reais. Assim, na avaliação deste Ministério o programa Desenrola Brasil não prejudicará o futuro do PRONAMPE.

4) Conforme divulgado pela mídia, os empréstimos a pequenas empresas pelo Pronampe caíram 8% em 2023, mesmo sendo o primeiro ano em que o Programa esteve disponível em todos os meses.¹ O que seria responsável por essa diminuição dos empréstimos para as pequenas empresas?

É um comportamento natural do Mercado. E natural em todos os sentidos. Ainda que o volume de créditos concedidos tenha sido menor, o volume de operações cresceu em torno de 6%, o que significa que o quantitativo maior de empreendedores foi atendido.

A isso que denominamos comportamento natural do mercado pode ser traduzido por "n" fatores:

- As próprias instituições financeiras adotarem uma postura mais conservadora (ainda que haja o FGO);
- Os empreendedores optarem por créditos em valores de face menor (o que é mais provável);
- O equacionamento de dívidas pessoais, no Desenrola PF, com impacto sobre a decisão de contrair ou não empréstimo na PJ;
- A melhora dos indicadores macroeconômicos, com a economia girando, mais e melhor, e o empreendedor então adiando a decisão por contrair ou não crédito;
- A postura mais cautelosa do empreendedor ao analisar taxas de juros x conveniência/necessidade x expectativa de cenário econômico melhor.

5) Na avaliação do Ministério, há dificuldade no empreendedorismo no Brasil?

Sem dúvida há diversas dificuldade no empreendedorismo no Brasil, como ano após ano vem sendo divulgado amplamente na mídia, e demonstrado nos diversos estudos acadêmicos produzidos sobre o tema há décadas, inclusive quando comparados com indicadores internacionais. As dificuldades são das mais variadas, sendo algumas mais estruturantes, o que exige do Poder Executivo, Legislativo e em alguns casos do Poder Judiciário, planejamento e ações de longo prazo. Entretanto, há também questões pontuais que em



alguns casos demandam ajustes legislativos pontuais, outros ampliar a divulgação a alcance de políticas públicas e programas já existentes.

¹ [Empréstimos a pequenas empresas pelo Pronampe caem 8% em 2023 \(poder360.com.br\)](https://poder360.com.br/)"

Por conseguinte, encaminho o mencionado processo para ciência e as providências cabíveis.

Brasília, 01 de abril de 2024.

Documento assinado eletronicamente

MAURÍCIO JUVENAL

Secretário Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte



Documento assinado eletronicamente por **Mauricio Pinto Pereira Juvenal, Secretário(a)**, em 09/04/2024, às 11:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **41101188** e o código CRC **ED7DF21F**.

Referência: Processo nº 16100.000619/2024-10.

SEI nº 41101188



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2404792>

Despacho Numerado 176 (41101188)

SEI 16100.000619/2024-10 / pg. 5

2404792